

O RENDILHADO DE PODERES E TENSÕES: AS INTER-RELAÇÕES ENTRE ANIMADORES E AGENTES DE PASTORAL URDIDAS NAS CEBs.

Jomar Ricardo da Silva*

(...) quanto mais afetos sobre uma coisa deixarmos se expressarem, quanto mais olhos, olhos diferentes soubermos engajar com relação à mesma coisa, mais completo será nosso "conceito" desta coisa, nossa "objetividade".

F. Nietzsche

Resumo: A Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base, surgidas no Brasil na década de 60, tem no trabalho dos agentes de pastoral o principal elemento de atuação, sendo os responsáveis pela formação, organização e coordenação dos citados grupos religiosos. No entanto, para atingir os objetivos pontificados no projeto pastoral diocesano, eles necessitam da indispensável colaboração dos animadores. O que este estudo se propõe é analisar os fundamentos das diferenças de poder e carisma existentes na relação envolvendo os dois segmentos, a partir da perspectiva do animador e como seu resultado, as "relações injustas", repercutem no processo de decisão das comunidades

Palavras-chave: Igreja Católica, Comunidades Eclesiais de Base, Agente de pastoral, Animador de comunidade, Pastoral.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma versão modificada de um dos capítulos de nossa dissertação de mestrado em sociologia. A pesquisa foi realizada no município de Duas Cidades¹ no interior do Estado da Paraíba. O estudo abrange o período de 1987 a 1997, ano em que se efetivou a coleta de informações, mais precisamente em seu segundo semestre, nos meses de agosto a dezembro.

Sobre as CEBs há uma considerável produção. Em parte, uma temática específica, o agente de pastoral, foi abordada por autores, enfocando sua função em estabelecer articulações das comunidades com outras instâncias sociais (PALMEIRA,1985), ou a intervenção social do "agente externo" no mundo popular (NOVAES,1993).

Na década de 80, os estudos que faziam referências à Igreja, procuravam perscrutar sua presença na organização política da sociedade brasileira (MAINWARING,1989; SADER,1988). Um momento de transição no País e portanto de expectativa. As CEBs, como organizações de base, estavam aliadas a outras expressões da sociedade civil, que pugnavam pelas transformações em curso (TEIXEIRA,1996:46).

A política neoliberal dos anos 90 implicou no processo de reestruturação produtiva, acarretando retrocesso na "organização e mobilização de trabalhadores enquanto classe, a começar pelos estragos provocados pelo desemprego estrutural"(CALADO,1997:74). Enquanto isso, a conjuntura eclesial tinha efeito desfavorável nas

* Universidade Estadual da Paraíba.

¹ O nome da cidade é fictício. De fato, trata-se de dois municípios localizados na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano, ambos com aproximadamente 10 mil habitantes e distam um em relação ao outro 9Km. Pertencem a mesma área pastoral. Por isso, em se tratando da temática em questão, ocorre uma similitude, prescindindo uma análise comparativa entre as duas cidades. Da mesma forma são fictícios os nomes das pessoas entrevistadas. É um recurso comum utilizado nas Ciências Sociais para manter no anonimato suas identidades e, por conseguinte, evitar circunstâncias problemáticas aos colaboradores, cuja disponibilidade concorreu decisivamente para o êxito da pesquisa.

CEBs (TEIXEIRA, 1996:107), fazendo com que a sua pequena produção bibliográfica fosse orientada para análises relativas a entraves ao seu crescimento (COMBLIN, apud VALLE:1993) e avaliações pastorais pelas quais passavam algumas dioceses (LESBAUPIN, Org.: 1997).

A partir dessas contribuições, o que este estudo se propõe é compreender os fundamentos das diferenças existentes nas relações de poder dos membros das CEBs, agente de pastoral e animador, pela perspectiva deste último, consignadas nas entrevistas da pesquisa de campo, e como tais diferenças repercutem no processo de decisão das comunidades.

Este estudo é mais um olhar a juntar-se a tantos outros, que iluminaram, nas perspectivas adotadas pelos seus autores, a temática aqui tratada. É um olhar de quem teve a experiência comunitária de animador. Conheceu a heterogeneidade das CEBs como assessor, e se fazia perguntas. Das arguições apareceu o estímulo para realizar uma reflexão mais sistematizada sobre as dificuldades vivenciadas pelas CEBs.

2. O (DES)ENCONTRO DAS AÇÕES DOS PROTAGONISTAS.

As CEBs começaram a ser formadas em Duas Cidades² a partir de 1987, quando uma equipe de agentes de pastoral chegou à localidade com um projeto diocesano. Havia nessa equipe um padre, nomeado para a região no mesmo ano, dois estagiários e uma religiosa.

Até àquele momento, a ação da Igreja era marcada pela presença do padre, que comparecia apenas, para mensalmente, celebrar missa e batizado, em uma rotina de aproximadamente vinte anos.

Os agentes de pastoral iniciam a atuação fazendo visitas às casas dos moradores da cidade e da zona rural para conhecerem as pessoas e convidá-las às reuniões em que compareceriam os primeiros animadores das comunidades.

Temos os primórdios de uma relação a envolver as pessoas da localidade, os futuros animadores e os agentes de pastoral. Os animadores são os membros da comunidade que desenvolvem trabalho na catequese, pastoral do batismo, dos enfermos, liturgia, alfabetização de adultos, ou compromisso sócio-político. Geralmente assumem mais de uma tarefa, conforme suas inclinações e disponibilidade de tempo. São jovens estudantes, desempregados, trabalhadores da roça, professoras e donas-de-casa.

Os estudiosos não têm dado a devida importância a esse segmento, raras exceções, como Boff (1984), que publicou um diário de campanha missionária, dentro de uma linha teológico-pastoral. Na obra utiliza-se indistintamente os termos animador, monitor e agente popular. É um relato comovedor das condições de sobrevivência do povo pobre e um retrato fiel da inserção dos agentes na região Norte do Brasil.

O conceito de agente pastoral que utilizamos, como assinalado inicialmente, tem a aproximação de sentido atribuído por Novaes (1993), na condição de "agente externo" e também de Palmeira (1985), que o compreende como mediador que articula a comunidade com outras instâncias sociais. Considerando essas perspectivas, com base em nossa realidade, nós entendemos como agente de pastoral àquele padre, religiosa ou leigo que desempenha a função de coordenação da pastoral de uma determinada área ou setor.

Para análise do nosso objeto, vamos utilizar algumas categorias teóricas definidas por Max Weber, que nos serão úteis como ponto de partida, e não como camisa-de-força com propósito de cercá-lo e sufocá-lo em suas múltiplas variantes de seu advento fenomênico na realidade. É por essa perspectiva que o próprio Weber diferia o método generalizante do individualizante.

Esse último é adotado por nós, neste trabalho, pelo fato de não desprover o campo estudado de sua riqueza singular (FREUND,1980:12). Assim, vamos nos ater aos conceitos elaborados por Max Weber para perscrutar o meio social em questão e interpretar o resultado da pesquisa empírica.

Para tanto, vamos recorrer à concepção de **compreensão**, que consiste em apreender o comportamento social dos homens em seu contexto de sentido subjetivo e, dessa maneira, explicá-lo, referindo-nos às suas causas e efeitos. Isto depreende-se da definição que Weber dava da Sociologia, logo no início do livro:

² Uma especificidade das CEBs na América Latina é sua vinculação com a hierarquia que estimula seu crescimento. Ao contrário do que ocorreu com as chamadas comunidades de base na Europa e nos Estados Unidos que as viram surgir com insatisfação, distanciamento e propensas a rupturas para com a Igreja institucional (apud. Azevedo, 1986:4). Em um dos múltiplos movimentos, o Natal dos jovens ligados à pastoral da região sul de São Paulo, que contribuiu para o nascimento das CEBs na periferia da capital paulista, é narrado por Sader (1988:146-147).

"Sociologia (no sentido aqui entendido desta palavra empregada com tantos significados diversos) significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos" (WEBER, 1991:3).

O estatuto peculiar à Sociologia se baseia na tentativa de compreender a **ação** e explicá-la, tanto no momento do seu empreendimento como nos resultados. Já a **ação**, Weber a definia da seguinte maneira:

"Por ação entende-se, neste caso, um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que na medida em que o agente ou agentes o relacionem com um sentido subjectivo. Ação social, por vez, significa uma ação que quanto a seu sentido visado pelo agente ou agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso" (Idem, ibidem).

A diferenciação da **ação social** do simples comportamento está constituído pelo sentido em virtude do qual o agente é levado a executar determinado ato (SAINT-PIERRE, 1994:54). É pelo **sentido**, segundo este autor, adicionado ao comportamento que o cientista social encontra a **ação** do agente. Nessa polivalência de sentido, uma omissão ou não fazer nada pode converter-se em **ação**.

Essa significação está relacionada com os **motivos** que levam à **ação**; a **inserção** da **ação** nos acontecimentos e as **consequências** provocadas pela **ação**. Os três aspectos imbuídos na mente do agente constituem o significado subjetivo. A análise dos fatores pelo observador constitui a significação objetiva.

Então, depreende-se que Weber pretendia encontrar na **ação** as **intenções**, as **motivações** subjetivas e o **contexto de sentido subjetivo** para compreender o desenvolvimento das **relações sociais** (Idem,55). E a sede em que ele vai efetivamente detectar o sentido é no sujeito da ação. Ela é compreendida através dele, portador de múltiplo sentido, que forma uma unidade, podendo ser esta homogênea ou contraditória (COHN,1979:93).

Entre os membros da equipe de agentes, a religiosa, Irmã Vitória, deu grande contribuição à organização dos trabalhos pastorais na referida cidade. Parte considerável dos animadores entrou para os serviços na CEB, devido ao convite, muitas vezes, insistente que ela lhes fazia:

"Eu fui como quase forçada, né? Foi com vários convites que eu aceitei. Pensava que não tinha jeito, né? Aí, com muito tempo de convite, eu aceitei... com meio até forçada, mas graças a Deus, eu tô gostando". (RITA - Pastoral dos Enfermos).

Rita mostra-se recalcitrante na aceitação do convite. Os apelos feitos reiteradamente são negados com a mesma insistência à medida que aumenta o elenco de **motivos** para não participar da CEB. Ela tenta convencer à agente de pastoral que não está apta a assumir responsabilidade de qualquer serviço. Essa posição inicial de rejeitar o convite pode ser considerada uma **ação** que compreende diversas causas. São alegadas falta de tempo, em virtude da ocupação com tarefas domésticas, não aceitação do esposo, ou indisposição de personalidade, como timidez, para actuar como animadora.

Quem conheceu a Irmã Vitória, descreve seu temperamento como uma pessoa bastante dinâmica, de uma alegria contagiante, muita habilidade para lidar com o povo e capacidade de organização. Esses elementos que foram ressaltados pelos animadores e participantes enfatizam as qualificações da religiosa. É uma maneira de reconhecimento de seu carisma. Uma explicação através dos fundamentos do carisma, ou seja, de sua racionalização, os encontra nas práticas desinteressadas do poder econômico e desvinculação de dever familiar para o cumprimento da missão (WEBER,1992:849-50).

A religiosa pertence a uma congregação em que os membros não possuem bens, são celibatários e deixam o convívio familiar. É enviada em missão que consiste em anunciar o Evangelho e o Reino de Deus. Portanto, sua ação está distante dos negócios deste "mundo".

O **carisma** é um dos elementos envolvidos na relação de dominação que Weber pretendia vincular à vigência da legitimidade.

Enquanto tipo de dominação, ocorre em obediência ao senhor, devido às suas qualidades (carisma) e, principalmente, heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O **carisma** é algo relacionado com o extraordinário, o novo, e o arrebatamento provoca a devoção. O tipo de associação é de caráter comunitário. O tipo que manda é o líder, o que obedece é o apóstolo. Ao contrário das outras dominações, obedece-se exclusivamente à pessoa do líder, por suas qualidades e não pela posição estatuída, nem pela dignidade tradicional.

Para entendermos o desenvolvimento da atividade social, que é composta igualmente, segundo Freund (ibidem, 68), pelas **intenções** que nela põe o ser humano, os **interesses** encontrados e os **sentidos** diferentes que lhe atribui no curso do tempo, engendradas entre animadores e agentes de pastoral, tornam necessário enunciarmos a classificação da **ação social** em quatro categorias que Weber enumerava indispensavelmente para estabelecer a **evidência** como problema a ser resolvido, a saber:

"1) de 'modo racional referente a fins': por expectativas quanto aos comportamentos de objectos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como 'condição' ou 'meios' para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) 'de modo racional referente a valores': pela crença consciente no valor - ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação - absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independente do resultado; 3) 'de modo afetivo, especialmente emocional': por afectos ou estados emocionais actuais; 4) de modo tradicional': por costume arraigado" (WEBER, 1991: 15).

A primeira forma de ação, racional referente a fins, avalia todas as condições a respeito dos meios, fins e possíveis conseqüências provenientes dela. Na verdade é apenas, no dizer Colliot-Thélène (1995:108), uma hipótese acadêmica, capaz de acompanhar o desenvolvimento da ação.

A segunda, racional referente a valores, pauta-se apenas na convicção do agente sem preocupação com as conseqüências. Por exemplo, um indivíduo que se coloca à disposição de sua crença religiosa, ou ideologia política, vendo tão-somente sua ação como resultado do dever que lhe impõe, situa-se acima de tudo.

A terceira, **de modo afetivo**, se refere àquele que age por vingança, ódio ou qualquer titude emocional sem sentido visado, ou seja, atual.

Por último, temos a atividade de **modo tradicional**, que para Freund (1980:79), é um comportamento que "*consiste muitas vezes e uma conduta maquinal, por obediência inconsciente ao costume*". Estes tipos de ações não se encontram de forma pura em sua ocorrência na realidade. São tipos ideais produzidos para conduzir a pesquisa do investigador e assim compreender as ações do agente, que muitas vezes, tem imbuído no seu comportamento mais de uma dessas categorias indissociáveis.

Na descrição do início da relação, podemos perceber um descrédito da animadora, no trabalho que para ela não está bem claro sobre o que vem a ser. Os **fins** podem estar bem delineados para o agente. Para o animador, é uma incógnita a respeito do processo e objectivos a serem alcançados. O medo, como fator proveniente da **ação afetiva**, por desconhecimento do provir, faz o animador recalitrante em aceitar imediatamente o apelo.

Ainda quanto a isso, entendemos que a rejeição inicial analisada acima se deve a questões pertinentes a escrúpulos. Trabalhar pela Igreja, pode-se pensar, requer uma conduta moral irrepreensível que está além das suas condições. Então, para evitar críticas e comentários das "outras pessoas" é preferível não assumir nenhum compromisso mais sério com a Igreja. Lembramos aqui a pesquisa de Macedo sobre CEB e sexualidade (1992:87). Ela analisa a identidade dos membros das CERBs, em que as solteiras e as acasadas mais novas são consideradas no próprio grupo e no bairro como "santinhas".

A agente de pastoral também recebe reconhecimento dos animadores pela sua capacidade de criar serviços e de organização. Uma animadora enfatiza bem a atuação da Religiosa: "*Pouco tempo que ela passou aqui, surgiu muitas coisas na comunidade, que a gente não conhecia*". (VERIDIANA - Pastoral de Batismo).

A religiosa inserida nas comunidades representa uma contribuição significativa na vida e dinamismo comunitário. Possui um trabalho que envolve o cotidiano das pessoas. Está enraizada na conturbada e difícil vida das mulheres pobres. Esta situação é propiciada por serem mulheres e escolherem como seu lugar de moradia os arrabaldes de uma pequena cidade interiorana. Ela articula a vida cotidiana do animador com uma instituição, a Igreja.

Enquanto isso, concernente ao agente padre, é bem diferente. No campo da análise, o seu poder origina-se através da dominação racional, legal. Essa dominação se respalda na crença da legitimidade das ordens estatuídas. Seu tipo mais puro pode ser encontrado na ordem burocrática. Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito, mas à regra, que estabelece a quem e a que se deve obedecer (WEBER, 1979:128-9).

Esse elemento vem caracterizar a sua relação com a comunidade marcando-a com um grau exarcebado de impessoalidade. Depois de sua obrigação, volta às comunidades é apenas para officiar os sacramentos. Depois de sua obrigação, volta para o minicípio, onde reside. Nas comunidades rurais, o contato que este estabelece com os animadores é de alguns minutos antes da celebração litúrgica, ou um encontro esporádico de formação durante uma manhã de domingo³.

O poder do padre advém preponderantemente da relação que ele tem com a Igreja, baseada em vínculos transcendentais, sua autoridade é justificada por um poder sagrado, ao receber o sacramento da Ordem. Por isso,

³ Em recente artigo, Godoy faz uma reflexão sobre a problemática das relações dos presbíteros, sendo esse "um grupo dos mais difíceis de tratamento, devido ao componente dominante do seu processo formativo: o racionalismo. Em geral, o clero crê ser capaz de resolver todos os seus problemas de maneira racional". (1998:27).

para as funções específicas de sacerdotes, tais como a administração dos sacramentos, apenas o padre possui incumbência legitimada. Weber (1992:895), ao tratar do desenvolvimento da hierocracia, que culmina na formação da *Igreja* no sentido sociológico do termo, assinala um dos seus aspectos: o surgimento de uma casta sacerdotal separada do mundo, com deveres profissionais e conduta específica, regidos por regulamento próprio.

A monopolização da gestão, sobre os bens de salvação, por um grupo de especialistas, constitui um campo religioso, que acompanha a "*desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por esta razão em leigos (...)* **destituídos do capital religioso (...)**" (BOURDIEU,1998:39).

Entretanto, o que aconteceu com as CEBs, na compreensão de Lesbaupin (1997:117), foi um processo inverso. Houve uma transferência de parcela de saber e poder da hierarquia para o laicato. Acreditamos, que mais por questão de necessidade, devido à escassez de vocações sacerdotais e garantir assim a sobrevivência da Igreja em conjuntura adversa, já prenunciada em formas de importantes mudanças durante o período conciliar.

A solução, no entanto, não resolveu o problema, porque a convocação do laicato para assumir os ministérios se fez em antiga estrutura eclesial. É tanto, que as transformações ocorridas em Igrejas locais, em que se substituiu o modelo paroquial pelo de área pastoral, se constituindo em rede de CEBs, não originaram uma nova concepção de Igreja pela grande maioria dos católicos. A centralização do ofício religioso nas mãos de um corpo de especialistas, recebe o reconhecimento do conjunto dos fiéis, formando uma **relação social** através da reciprocidade de **intenções** e **interesses**. Durante a celebração eucarística a Igreja fica repleta de fiéis. Quando existe apenas a celebração, sem a presença do padre, é pequena a quantidade de pessoas que comparecem.

"*Todo mundo quer celebração dominical, mas a participação é pouca...só quando tem missa é que tem muita gente*"⁴ (ROQUE- Ministro da Eucaristia).

A massa de fiéis defende a existência de celebração, mas não comparece. O poder estatuído do padre exerce uma atração sobre o conjunto dos católicos que comparecem à missa, por este poder que o distingue dos demais. Os gestos solenes que ao leigo não compete fazer, e o vestuário, a batina, o separam do restante dos membros da Igreja. O próprio ato de consagrar, transubstanciando o pão e o vinho em corpo e sangue, representando o sacrifício de Cristo para salvar a humanidade dos pecados, culmina a diferenciação.

A relação dos padres com os fiéis é caracterizada por essas diferenças. e o lugar onde ambos se encontram é o espaço da celebração eucarística. Todavia, ao descermos ao nível da relação para um espaço "micro", onde as relações se efetivam entre animador e padre, teremos outros aspectos além daqueles para serem analisados, e os espaços também são outros, como a casa do animador, as reuniões, os encontros de formação.

Entretanto, temos de ficar atentos para a heterogeneidade do animador, não só em termos de função exercida na comunidade, mas para elementos que se afiguram no ato de relacionar-se com o padre. Há animadores que estão mais próximos do padre pelo tempo que pertencem à comunidade, pelas tarefas que executam, pela experiência adquirida. Esses fatores dão margem para que esses animadores tenham relações mais coesas, reforçadas pela reciprocidade de ações de propósito e de interesses com o agente.

Enquanto isso, a animadora constitui seu carisma através da função que exerce na comunidade. A Igreja, como compreendia Weber (1992: 895), é portadora e administradora de um carisma "oficial", ao contrário da "seita", que é uma comunidade de pessoas carismaticamente qualificadas. Para receber o reconhecimento da comunidade, torna-se necessária a confirmação do poder estatuído, ou seja, do padre. Daí a animadora tem condições de assumir tarefas que estão além daquelas exigidas por sua comunidade, e passar à condição de coordenadora de reuniões em outras comunidades, que seria uma função de agente de pastoral. Porém, não se considera como tal.

Uma animadora que se inscreve nessas condições define, na sua compreensão, o agente: "*Agentes que a gente fala são chamados os padres, as irmãs*". Um pouco mais adiante a mesma animadora afirma que, em determinadas situações, se encarrega de tarefas próprias do agente: "*Às vezes o padre é quem marca aquela reunião para ir, e quando o padre não vai, quando a gente ninguém pergunta, por que não foi o padre?*"(PERPÉTUA-Coordenação Equipe de Formação). Não podemos nos enganar e precipitadamente afirmar que o agente e o animador são iguais. Nesta situação, o animador é portador do carisma do ofício.

⁴ Ivo Lesbaupin, em relação às diferenças de poder entre a hierarquia e o leigo, diz. "Porque, embora, e fato, o poder agora esteja repartido com os leigos - nas dioceses que assumiram as CEBs - o poder continua em última instância, juridicamente - na lei, na estrutura da Igreja, o padre ainda é o responsável, perante o bispo por aquela região (chamemo-la paróquia). Os leigos ainda não podem celebrar a Eucaristia, só o padre. Em nível da diocese, igualmente: hoje, os leigos participam das decisões através das Assembléias Diocesanas e outros instrumentos de participação" (1997:118)

Por que a animadora apenas considera como agente o padre e a irmã? No transcorrer da entrevista, ela certifica não ser ela pela função que estes exercem, porque em certas circunstâncias, ela também tem o mesmo trabalho. Temos aí o padre, a religiosa e o animador. Três tipos que se inserem nos trabalhos pastorais de maneira diferenciada.

Tanto o padre como a religiosa são elementos da comunidade que possuem vínculos inextrincáveis com a Igreja, transcendendo portanto, as "relações" meramente humanas. Entretanto, uma diferença separa ambos dentro da estrutura de poder no interior da Igreja. O padre é sacerdote, função intermediária entre Deus e os homens que lhe atribuem prerrogativas nos ritos e celebrações.

Os vínculos da religiosa se efetivam pelos votos de obediência, pobreza e castidade. Não possui a mesma posição na estrutura hierárquica da Igreja. Algumas até fazem questão de se considerarem como leigas consagradas, sem pertencerem à hierarquia. Essas diferenças tomam conotações relevantes na relação desses indivíduos com os membros da comunidade.

Diferenças outras, entre animadores e agente de pastoral, aparecem mais nítidas nas relações do cotidiano. A mesma animadora assinala algumas delas:

"Eles acham que o padre sabe tudo, e o que eles falam acham que tão errado, acham que o padre é muito sabido, que ele está ali mais pra transmitir, não pra ouvir, só pra levar, só ele que entende, tem que saber, saber tudo..."

Uma parcela considerável dos habitantes da zona rural, aí também entram os animadores, devido, e, parte à baixa escolaridade, têm uma visão mítica sobre quem teve oportunidade de atingir um grau de escolaridade considerado superior: *"Eles estão em outros lugares, muito mais difusos, enraizados, perigosos, que no personagem do velho professor"*. (FOUCAULT, 1995:142).

Vamos encontrar também o binômio saber-poder a permear a relação entre o padre e demais membros da comunidade, possuindo caráter especial por se constituir no interior da Instituição. A Igreja, em seu processo de formação, racionaliza os saberes sobre o divino (teologia) e os rituais, terminando por transformá-los em ações rotineiras, e principalmente em conhecimento de verdades: *"O dogma e o culto são racionalizados, consignados em escritos sagrados, comentados e convertidos, (...) em objeto de instrução"*(WEBER, 1992:895). O padre como detentor exclusivo de poderes eclesiais na comunidade, é depositário máximo também do saber.

Reconhecer a preponderância do padre é relegar à insignificância o próprio saber proveniente da experiência e aprendizagem forjado no cotidiano. Todavia, há outro fator a tornar o animador/animadora mais distante do padre, pois acrescenta-se o respeito. Segundo Perpétua:

"A própria questão do respeito, né? Porque eles acham que o padre é uma autoridade que merece, até as colocações tem que pensar muito, como é que dizer, o que é que vai falar".

O padre se reveste, além de ser muito sabido, de uma áurea de respeitabilidade impedindo as pessoas que não estão muito próximas dele, principalmente os animadores novatos, de manterem diálogo em relação de igualdade. Há entre os animadores **a crença na santidade das ordenações**, característica da **dominação tradicional** (WEBER, id. ibid). Daí provém o respeito pela autoridade. Ninguém fala espontaneamente⁵. Previamente pensa que o que se dirá não vai ser aceite, ou rechaçado com veemência. Então, o respeito é resultado também do medo, que se estabelece nessa circunstância através de **ação afetiva** do animador para com o agente de pastoral.

Portanto, pela diferença existente entre agentes de pastoral - padre e religiosa - e animadores, verificamos que o aspecto mais característico na relação é o poder conferido desigualmente, em vários níveis, a cada um deles. Em decorrência, podemos afirmar, que as relações entre os membros das CEBs, agentes e animadores, são **"injustas"**, pois baseadas em uma correlação de forças desiguais.

Tomamos como fundamento para esta interpretação o sentido original, atribuído por Nietzsche, ao termo justiça:

"a justiça (equidade) tem sua origem entre aqueles que tem potência mais ou menos igual, como Tucídides (no terrível diálogo entre os enviados ateniense e mélias) o concebem corretamente: onde não há nenhuma supremacia

⁵ Clovis Boff constatou comportamento semelhante em animadores da região Amazônica. Raimundo Nem, um agente popular, em referência à inibição do animador, reportou-se da seguinte forma: (...) "quando chega o padre, as idéias do povo fogem da cabeça. Eles pelem, mas não conseguem se lembrar" (BOFF, 1984:208)

claramente reconhecível e um combate se tornaria um inconseqüente dano mútuo, surge o pensamento de se entender e negociar sobre as pretensões de ambos os lados: o caráter da troca é o caráter inicial da justiça". (1996 a:78)

3. A MOEDA E A MATRIZ: A CENTRALIZAÇÃO E O PODER DOS ANIMADORES

Max Weber, ao tornar os conceitos tipo-ideais, precisou exacerbar suas características para torná-las homogêneas e puras. Quiçá, por isso, oponha **relação comunitária** à luta: "**A relação comunitária constitui normalmente, por seu sentido visado, a mais radical antítese de luta.**" A luta se orienta pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros. Quando **pacífica**, não se traduz pela violência física efetiva, podendo chamar-se **concorrência**, que é a maneira formalmente pacífica de obter para si o poder com "*disposição sobre oportunidades desejadas também por outras pessoas*" (Weber,1991:23).

Comunidade como antônimo de luta, seria o desiderato dos seus membros, ou seja, que as relações fossem harmoniosas. Houvesse divergências, mas por motivos banais que não redundassem em contendas inconciliáveis. Porém, os membros das CEBs, devido a **motivos** diferentes pelos quais entram na comunidade e **interesses** que fazem com que permaneçam, apesar de não terem a pretensão, acabam por engendrar conflitos que extrapolam o ideário de unidade comunitário. Todavia, o conflito pode ser uma alternativa para a manutenção da unidade, quando as partes envolvidas são animadores e agentes de pastoral, com intuito de excluir, ou pelo menos diminuir, o poder de influência recíproco.

Esse talvez tenha sido o **motivo** que tenha levado Irmã Vitória, uma agente de pastoral, a entrar em desentendimento com Lúcia, uma animadora. Segundo Lúcia, um grupo de pessoas, inclusive ela, fundou o CENEP (Centro de Educação Popular) e estava contando com ajuda da agente para colaborar com o desenvolvimento dos trabalhos no centro.

Mas a iniciativa da religiosa não foi a esperada. Ela terminou fundando um outro grupo, o CEDIVIMUC (Centro de Direito à Vida das Mulheres do Curimataú), em Cubati:

"Ela começou a formar um grupo de mulheres, fundou um centro e ligou, telefonou para cá dizendo para as pessoas convidarem as pessoas daqui da Igreja 'dizendo pra pessoas que não me convidassem para ir pra essa reunião de jeito nenhum,' é... que não me convidassem. Eu como era de um centro de mulheres que tava sendo fundado, eu tinha a maior vontade de ajudar, de contribuir para que fosse fundado o centro" (LÚCIA- vereadora).

Percebe-se nas palavras de Lúcia uma mágoa gerada pelas tensões renhidas com a Irmã Vitória, um ressentimento. Este, Nietzsche identificava como uma das figuras a formar um tipo de nihilismo, que não se traduz em ação concreta, mas em vingança imaginária. A não-ação é uma forma de auto-preservação, enquanto a reação consome rapidamente o indivíduo:

"O desgosto, a suscetibilidade doentia, a impotência em se vingar, a inveja, a sede de vingança, o envenenamento em todos os sentidos, eis para o homem esgotado o modo mais nocivo de reagir." (apud. MACHADO, 1999:64).

Entretanto, no homem de ética nobre, não há limbo em seu âmago para se fixar **ressentimento** e como não interioriza os instintos mais potentes, por estar indiferente à repressão social, livra-se da **má consciência** (id, idem:65). Os malefícios da ação adversária não atingem os que possuem naturezas fortes, plenas. Nietzsche nos fala no mundo moderno de Mirabeau para exemplificar tal homem, que não tinha memória para insultos e infâmias e nem sequer podia perdoar os desafetos porque esquecia (NIETZSCHE, 1996a:345).

Fundar um grupo indica um relativo grau de liderança, que Lúcia exercia na comunidade e ao mesmo tempo, uma autonomia frente à Igreja. Toda liderança possui uma independência, mesmo que relativa, para fazer valer sua vontade com possibilidade de ser obedecida.

Não convidar Lúcia a participar de nova organização das mulheres, representou confiná-la ao isolamento e diminuir sua força. Como regularmente a "**relação**" da agente com a animadora é demasiado "**injusta**", pois exercem poderes desiguais, por estarem em posições diferenciadas, nessa situação, a ação da agente demonstra que seus "poderes" estavam no patamar da equanimidade.

Lúcia tinha um trabalho na comunidade que remontava à década de setenta. A irmã Vitória chega no final dos anos oitenta. A animadora pelo trabalho e tempo dedicados à comunidade, já tinha se consolidado como liderança. Para explicar o desentendimento, Lúcia diz que foi "questão de inveja, de competição".

A inveja supõe olhar para algo ou alguém com perspectiva de negatividade, isto no sentido etimológico da palavra. Na concepção que Lúcia a emprega, é um sentimento de desgosto que Irmã Vitória nutre por ela, pela posição que alcançou como líder. Quando exacerbado, leva ao desejo de inibir o crescimento e a destruição dos meios de acesso ao êxito do invejado.

A “**competição**” ou “**luta pacífica**”, faz-nos entender que ambas tinham o mesmos objetivos. “Não sei se ela tinha o objetivo de fundar uma coisa [assim como o CENEP] e não conseguiu”, diz Lúcia. E apenas compete quem possui condições idênticas para atingir o almejado. Isso nos faz compreender que as duas estavam disputando em relação “**justa**”.

Lúcia, ao referir-se ao propósito, é bastante clara, “*tinha a maior vontade de ajudar, de contribuir*”. É uma ação condizente com a ética cristã, que teria como corolário, a prática do bem comum de forma desinteressada. Mas, atuando com essas intenções altruístas, pode estar a vontade de dominar, de ver sua ajuda ser aceita e transformada em resultados concretos, enfim, deixar a marca de sua individualidade, nas organizações em que participa.

É impossível anular nas pessoas a individualidade em suas relações e nas funções com as instituições, mesmo tratando de interesses coletivos. Nietzsche (1996a :155), questionava a existência do todo, seja Estado, nação, irmandade ou comunidade, pelo qual o indivíduo se extinguiria:

“(…) Parece agora que faz bem a todos ouvir dizer que a sociedade está em vias de adaptar o indivíduo às necessidades gerais e que a felicidade e ao mesmo tempo o sacrifício do indivíduo consistem em sentir-se como um membro e instrumento útil do todo: só que no presente ainda se oscila muito sobre onde esse todo deve ser procurado, se em um Estado vigente ou a ser fundado, ou na nação ou em uma irmandade de povos ou novas pequenas comunidades econômicas (...)”.

O animador permanece na CEB, na condição de um fio, a compor uma rede que vai tecendo e sendo tecido; a formar uma malha com tessitura própria. As características dos fios e os tipos de tensões, existentes entre si, fornecem o matiz das relações sociais comunitárias urdidas. Norbert Elias ao tratar da relação entre indivíduo e sociedade é quem nos concede a metáfora da rede :

“Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um dos seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira. No entanto essa rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si; tem uma posição e uma forma singulares dentro dele” (ELIAS, 1994:35).

A chegada da agente de pastoral à comunidade altera o **sistema de tensões**, pois é mais um elemento qualitativamente diferente a compor o rendilhado. Sua inclusão na textura implica em modificação do “lugar e função na totalidade da rede” daquela veterana animadora. É válido salientar que tanto a animadora como a agente de pastoral tinham perspectivas idênticas no que diz respeito à linha pastoral e à mesma compreensão sobre a importância da articulação da comunidade de base com a esfera político-social.

Não querer que Lúcia participasse da reunião foi a tentativa da agente de pastoral de colocá-la em seu devido lugar, para que esta reconhecesse sua posição de animadora e se tornasse a **relação injusta** entre as duas partes, consistindo na afirmação de sua preponderância.

Podemos ver com isso que o animador, mesmo não pertencendo ao quadro da hierarquia como o agente padre, nem vinculado por laços sagrados à Igreja, como a agente religiosa, exerce também o poder. É o que percebe Tereza, uma animadora de Duas Cidades, que inclusive já atuou como agente de pastoral leiga na Diocese:

“(…) Eu fico observando o seguinte: que entre os animadores ocorre o risco de aqueles que estão mais à frente da coisa, que tão assumindo mais de perto, então vão correndo o risco de ter de se encher muito de poder e, de repente, querer abaixar os outros que tão... Isso acontece muitas vezes, a pessoa nem percebe, nem percebe, mas você tá bem acima e abaixa quem tá mais embaixo. (...) Você tem um pouco de poder, então você corre o risco de tá na linha de frente, então abaixa quem tá atrás” (TEREZA, Liturgia).

Esse depoimento atenta para a problemática do poder por parte daquelas que se constituem lideranças na comunidade, indicado como os que "estão mais à frente da coisa". Esses indivíduos forjam seu espaço através da dedicação, **carisma** e esforço.⁶

A entrevistada está se referindo no caso, apenas ao aspecto de como o poder aparece em sua tendência excludente. Tereza vê a "ação" da liderança como atitude de pôr os outros à margem, expressada nos verbos "baixar" e "abafar". Logo, acrescenta ser uma atitude de primazia em detrimento dos demais, pois estes estão "atrás". Isto vai de encontro à ética cristã que reza em um dos princípios evangélicos "que os últimos serão os primeiros".

Fazemos daí duas deduções. Primeira, a liderança e a vontade de dominar já eram problemas nas primeiras comunidades cristãs, porque o anúncio da regra estabelecida pelo fundador do Cristianismo denota uma preocupação da disputa sobre quem vai ser o primeiro, ou, no dizer da animadora de quem vai "estar à frente". Segunda, a realidade faz mais exigência do que os ideais de vida podem comportar. Na sua vivência, os indivíduos chegam a esquecer preceitos e éticas ou se encontram impossibilitados de pô-los em prática, mesmo que deles tenham a mais sincera convicção.

O ato de "abaixar e abafar" os outros não é uma conduta premeditada e plena de conhecimento da parte do agente: "às vezes, a pessoa nem percebe". Não é uma atitude deliberada, porém não sem **motivo**. À medida que o poder acumula-se em torno do animador, por mais imperceptível que seja o seu dano, no momento inicial, concomitante ou posteriormente, advém uma reação de outros indivíduos. Esta reação torna transparente a extrapolação do poder dentro do limite compartilhado e aceito por todos.

A influência recíproca, indivíduo-comunidade, permite uma auto-regulação em que nenhum membro ficaria excluído da correlação de forças. Por mais potência que se tenha, há sempre vulnerabilidade; por mais destituído de poder em que se esteja, há sempre alguma condição de mando.

(...) "é a auto-regulação do indivíduo em relação aos outros que se estabelece limites à auto-regulação deste. Dito em poucas palavras, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz. Uma pessoa pode ter mais funções de matriz do que outra, mas é sempre também uma moeda. Até o membro mais fraco da sociedade [digamos comunidade] tem sua parcela na cunhagem e na limitação dos outros membros, por menor que seja" (ELIAS, 1994:52).

O não reconhecimento pelo animador do protesto de alguns, por ser minoria, e não possuir representação, ou por receber apoio tácito do agente de pastoral é que gera a negatividade no poder. O fato de não recuar, é considerado como excesso, denominado por Juliana de centralização, em Duas Cidades:

"Tem pessoa que quer centralizar (...) infelizmente ela tem todo o apoio do nosso padre... infelizmente. E como eu estava falando antes, eu tava conversando com uma das animadoras e ela também vê esse mesmo ponto. E eu dizendo para ela que eu não me omito e ela omitiu (...) Aí ela disse que realmente encontrava a mesma dificuldade, que ela já... principalmente ela que já faz muito tempo que é animadora, mas que infelizmente tava se sentindo impedida de desenvolver o trabalho como ela realmente queria, porque sempre tem alguém que centraliza" (JULIANA- Trabalho com Jovens).

Comparando as duas falas, vemos que para Tereza "ficar à frente" é uma posição de liderança, que em si mesma é necessária para os trabalhos comunitários. A acepção do termo "abafar" tem aqui um sentido em que o indivíduo "abafado" é passivo, sofre a pressão sem que lhe deixem a oportunidade de emergir enquanto indivíduo.

Enquanto para Juliana, a expressão "se sentindo impedida" tem outra conotação. O indivíduo tem uma "ação", o trabalho, mas é interdito. Entretanto, como vimos, a concepção de **ação social** em Weber até mesmo "um não fazer nada" constitui uma ação. Então, nos dois casos, tanto quem é "abafado", passivo, como quem "se sente impedido", coibido, como quem abafa e é coibidor, são sujeitos da **ação**.

A confidente de Juliana não é apenas a parte dominada da relação. Ela tem seus "interesses", pretendendo também exercer sua vontade de poder através "do desenvolvimento do trabalho como ela realmente queria". O tipo de trabalho pode ser mais ou menos nobre, desinteressado, altruísta do que aquele realizado por aquela

⁶ Sobre o poder dos animadores, Lesbaupin também reconhece a centralização do poder na CEB: "A afirmação sobre o caráter democrático do processo de decisão nas CEB não significa ausência de procedimentos autoritários por parte de alguns coordenadores/animadores, nem tampouco que todos os Conselhos Comunitários sejam democráticos. Conhecem-se conselhos que se perpetuam na direção da comunidade e não querem largar. Há lugares onde não há efetivamente rodízio entre os animadores, tornando-se coordenação praticamente vitalícia" (1997:111)

animadora considerada centralizadora. Mas, de qualquer maneira com certa dose de individualidade e vontade de poder. Como assertava Nietzsche: "*Cada um possui sua perspectiva que gostaria de impor como norma a todos os outros*" (apud. MACHADO, 1999: 96).

Os motivos da omissão, independente de quais forem, nos certificam que as relações entre animadores também são "**injustas**". Pois, se assim não fossem, não haveria necessidade de omissão. Um ponto de vista do qual podemos partir para explicar as desigualdades nas relações entre animadores, é fornecido por Juliana: "(...) *ela tem todo apoio do nosso padre*".

Esse apoio é decisivo para a manutenção da relação "**injusta**" entre animadores. Pois, pelas razões apresentadas anteriormente, o apoio do padre é determinante. Agora, somos obrigados a nos perguntar: por que o padre confere esse apoio a um animador em detrimento de outros?

Primeiramente, temos de considerar que o padre é membro de uma Diocese, possuidora de um plano de pastoral, em que os mais comprometidos tentam executar. Talvez encontrem nesses animadores centralizadores a "**obediência**" suficiente para confiar determinadas funções, que precisam ser bem executadas, e assim, estejam atuando conforme o plano pastoral.

Para Weber o poder significa "*toda probabilidade de impor a própria vontade em uma relação social, mesmo contra resistência*" (...). Enquanto dominação: "*(...) é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre pessoas indicáveis*" (...). (WEBER, 1991:33).

Essa confiança está, por sua vez, relacionada com a dedicação que este tem na comunidade, pelo carisma pessoal e problemas assumidos. O padre, como agente, tem muitas comunidades às quais não pode assegurar assistência como queria e devia. É a ausência do agente de pastoral que propicia a centralização das funções e decisões nas mãos de um único animador. A falta de contato com a comunidade, por impossibilidade devida à grande quantidade de paróquias em que atua, o faz necessitar de um membro com quem ele estabelece vínculos mais estreitos e, através dele, atingir a comunidade.

4. OS AGENTES, OS ANIMADORES E A "ELITIZINHA": O PROCESSO DE DECISÃO NAS CEBs

Vimos como se constituem as **relações injustas** entre agentes de pastoral e animadores e, propriamente, entre estes. Neste item, o que nos ocupa é a repercussão dessas diferenças no processo de decisão na CEB.

Se para o conjunto de fiéis católicos a presença do padre é imprescindível, sua importância para a animadora também se avulta consideravelmente, no tocante ao início de qualquer tarefa pastoral:

"O povo ainda confia muito no padre, principalmente quando é prático começar algum trabalho, quando é prático começar uma comunidade, a gente ainda vê que precisa da presença do padre que é considerado o pastor do rebanho" (PERPÉTUA - Coordenadora).

Há similitude na importância atribuída pela massa de fiéis ao agente de pastoral padre e àquele atribuída pela animadora. Ela não separa o que é do povo e o que é dela mesma. Ocorre uma cumplicidade nas duas posições assumidas.

Também ressalta uma divisão entre dominado e dominador, ao reconhecer o padre como "*pastor do rebanho*". O pastor é aquele que tem a missão de guiar, alimentar, mas põe a canga, ou seja, impõe limites. Em todo o caso, as ovelhas tão somente recebem a "**ação**" passivamente. Isto não passa de uma metáfora para designar o poder em fases estanques e unilaterais de quem exerce e sofre a vontade de potência.

Nietzsche, incursionando pelas muitas morais, encontrou duas que revelam dois tipos básicos a dominarem a terra, a moral de senhores e moral de escravos (1996b:12). A primeira se originou de um padrão antigo clássico, especialmente entre os romanos, para quem a virtude era masculinidade, coragem, bravura. A moral de rebanho proveio da Ásia, durante a dominação sofrida pelos judeus, de quem o amor pelo poder cedeu lugar à idéia de segurança e paz (DURANT, 1996:387). O resultado da antinomia é a obediência. Essa surge como elo a cindir os dois aspectos extremos da relação. Não obstante, podem existir várias motivações para o ato de obedecer:

"A obediência de um indivíduo ou grupos inteiros pode ser dissimulada por uma questão de oportunidade, exercida na prática por interesse material próprio ou aceita como inevitável por fraqueza e desamparo individuais" (WEBER, 1991, 140).

Desastre, a obediência pode configurar-se em uma estratégia do dominado que em determinado momento, sujeita-se a essa condição porque as circunstâncias em que se encontra não lhe permitem outra alternativa. Então, ela pode se manifestar como resistência. É necessário aceitar certos ditames, porque não convém determinada situação, romper com a ordem, pois as consequências seriam bem mais adversas do que a situação anterior comportava. Em uma palavra, nenhum indivíduo aceita peremptoriamente o papel de dominado.

Coexistem em todos as duas morais. Na realidade, o exercício de poder é dinâmico. Ora se pode retê-lo, ora é transferido para outrem. Pois, a vontade de potência é inerente ao próprio viver do indivíduo, independentemente da posição na relação, mandando ou obedecendo: *"mesmo na vontade daquele que serve encontroi vontade de ser senhor"* (NIETZSCHE, ibidem:222-3). Embora reconheçamos, o poder de um bispo, na Igreja, está além do poder de um padre e o de um animador, aquém do poder deste.

Almeida, em estudo da CNBB sobre participação dos leigos na Igreja, reconhece a impossibilidade de renunciar-se ao poder:

"Ninguém escapa ao exercício do poder e da autoridade. Nenhuma instituição. Não podemos como Igreja, querer reduzir o poder a uma categoria afetiva de relação interpessoal. É categoria operativa, pertencente a essência do agir humano". (1986:61)

Entretanto, como instituição religiosa, o poder que ela assume tem uma especificidade que a difere em seu exercício de outras instituições com dimensões exclusivamente temporais:

"O poder, em todas as suas dimensões, é exercido na construção da solidariedade. O poder também é carisma, é dom. Ele se torna pecado, quando é exercido para oprimir e dominar, mas é graça, quando cria solidariedade e participação". (PEGORARO, ibidem. 42)

É uma concepção de poder da Igreja que, pelo menos em suas intenções, procura ser serviço e elimina toda e qualquer vestígio de dominação. Aqui o problema não é o poder, mas a forma como ele é exercido. De qualquer modo, se não tanto o poder, mas a função de agente de pastoral é vista pelos animadores como indispensável:

"Porque é de uma certa maneira ele como padre, também é responsável pela caminhada na comunidade, né, pela formação... é tantas outras coisas, eu acho que na comunidade ela não pode caminhar, ela caminha mas ela não pode caminhar... sem ajuda também de um agente pastoral". (BERNADATE - Coordenadora).

Na CEB há uma **rede** de dependência envolvendo os diversos agentes. A animadora reconhece a importância do agente padre e o carácter específico do contexto local das relações que tornam imprescindível a sua colaboração. A própria função do agente de pastoral não se realiza sem a assistência do animador. Essa interdependência funcional é explicada por Norbert Elias da seguinte forma:

"Até nas sociedades mais simples de que temos conhecimento existe alguma forma de divisão das funções entre as pessoas. Quanto mais essa divisão avança numa sociedade e maior é o intercâmbio entre as pessoas, mais estreitamente elas são ligadas pelo fato de cada uma só poder sustentar sua vida e sua existência social em conjunto com outras pessoas" (ELIAS, 1994: 44).

Depois da criação da comunidade, o agente de pastoral continua responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos, organização das equipes de serviços e formação dos animadores. A animadora descarta a existência da própria comunidade sem a presença do agente. Porém, hesita quanto a isto. Talvez porque, pense, sem a sua própria colaboração a comunidade não "caminha"⁷. Portanto, a animadora faz também a comunidade "caminhar". Mas, ao voltar sua reflexão sobre a importância do agente, admite que o seu trabalho é fundamental.

Nós estamos diante de uma situação paradoxal. A presença do padre na comunidade concorre para o maior comparecimento dos fiéis nas missas, congregando assim a massa de católicos em torno dos sacramentos celebrados

⁷ Caminha, caminhar, caminhada são termos cogatos pelos quais compreendemos o processo de crescimento do grupo comunitário. CEB, no tocante ao aspecto de fé enraizada na realidade dos indivíduos como nas relações intersubjetivas dos seus membros. Macedo, em estudo de um cotidiano de uma CEB, diz que "a noção de caminhada envolve *todos, cada um e o conjunto coletivo*. Daí a necessidade de ações, mobilizações, catequeses, cursos, festas, ou seja, um conjunto de práticas que possam garantir a coesão do todo no processo de transformação dos fundamentos tanto da Igreja quanto da sociedade" (1992:216).

pelo sacerdote e agente padre. Enquanto isso, a sua ausência permite a comunidade encontrar solução para os problemas pertinentes ao cotidiano. Assim, as decisões são tomadas coletivamente, sem a participação do padre, que raras vezes toma a decisão:

"Ele pouco toma decisão sozinho... E ninguém toma decisão sozinho. Tem um conselho da Igreja... não, o conselho mesmo senta, eu num tô dizendo que a presença dele, a presença do [padre] aqui é muito afastada, é, ele vem celebrar... combina com ele, ele também tem que saber. Não pode ser surpresa, é tudo combinado"(VERIDIANA - Liturgia).

Pelo teor da declaração, percebemos que a comunidade tem uma autonomia para decidir questões relevantes da vida comunitária. O conselho formado por representantes dos vários serviços, se reúne, discute a questão pela qual foi convocada a reunião, e escolhe a melhor proposta para resolver o problema. Mas o que for aceito pelo conselho passará pelo crivo do agente antes de ser posto em prática.

Essa é a visão quase homogênea dos animadores ao que diz respeito às decisões na comunidade. Todavia, encontramos vozes discordantes que, em sua minoria, encontra justificativas para questionar nas decisões das assembleias, problemas em suas maneiras de encaminhar as resoluções:

"(...) Nós somos provas de que os animadores iam se sentir excluídos dentro da comunidade, foi preciso chegar época de festa,, aí os animadores decidem como fazer, mais assim aquela "elitizinha" lá.

"(...) Que deveria ser com todos os animadores mais se eles decidem primeiro, depois coloca as propostas pra nós. Quando as coisas já vêm, já tá tudo. O padre assina embaixo, porque já vem dele porque tá junto com aquele grupinho"(SEBASTIÃO - Liturgia).

O animador põe em questão pontos que precisam ser analisados. As decisões para ele não fazem parte da rotina da comunidade. Só no período preparativo da festa da padroeira, é que os animadores tomam parte da decisão. Ainda assim apenas "aquela elitizinha" e não o conjunto de animadores.

Para Sebastião, as decisões são tomadas primeiramente por um número restrito de animadores, que ele chama de "elitizinha", juntamente com o agente. O restante dos animadores são comunicados da decisão apenas para referendar, tendo a impressão que deliberaram, assumindo como suas, as propostas lançadas na reunião.

A fala de Veridiana, por um lado, demonstra que tem havido uma consolidação das práticas participativas dos leigos nas decisões comunitárias. Por outro, a de Sebastião coloca-nos os empecilhos que obstaculizam o exercício do direito pleno de cidadania no interior da Igreja. Em relação a esse último aspecto, Rodrigues e Menezes (1997:35), em estudos avaliativos de pastorais diocesanas, apontam os seguintes fatores: a inflexibilidade da estrutura organizativa, a falta de experiência nessas atividades e de informações dos leigos. Outra animadora ao se referir ao processo de decisão na comunidade, faz o seguinte comentário:

"A experiência que eu percebia era que quando tinha um reunião que era pra ser decidido alguma coisa importante, aí os agentes, os agentes planejavam entre si, e já vinham com as idéias prontas, aí jogavam e sensibilizavam o povo e tá muito bom, tá certo e assim aí as idéias dos agentes ficavam"(TEREZA - Crisma).

Tereza se reporta a um período na comunidade onde havia um número maior de agentes e as reuniões eram preparadas sem a participação de animadores. Ao contrário da fala anterior, Sebastião se refere ao momento atual em que existe apenas um agente de pastoral, o padre, e as reuniões são preparadas com este pequeno número de animadores, que ele denomina de "elitizinha".

Isto acontecia e acontece porque as decisões na comunidade devem estar de acordo com interesses dos agentes, fincados em um projeto pastoral, elaborado em forma de plano para nortear os principais trabalhos da CEB. Em uma reflexão sobre o intercâmbio da CEB com a Instituição, Pedro Oliveira explicita o caráter necessário da articulação entre a Igreja e a comunidade realizada pelo agente pastoral:

"No exercício de sua função legitimadora e atuando nas instâncias intermediárias de articulação e decisões, estes [agentes pastorais] evitam que a tendência à auto-suficiência "basista" venha a transformar cada CEB numa pequenina Igreja independente"(1997:155).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, podemos compreender que a comunidade decide, mas não tudo. As discrepâncias das posições revelam que a autonomia da comunidade é relativa, e depende, nos momentos decisivos da ação do agente de

pastoral. Ele atua dirimindo divergências internas da comunidade sobre os encaminhamentos pastorais, com a finalidade das perspectivas colimarem para a consecução de um projeto em comum.

Temos também de admitir que um projeto aponta apenas para possíveis linhas de **ação** em termos gerais. As lacunas, ou seja, as partes indefinidas, são bem mais largas do que as definições, deixando uma margem de imprevisibilidade que deverá ser ocupada pela prática do agente, livre de normas e regras estabelecidas previamente.

Outrossim, a questão de fundo, referente à participação dos leigos nas decisões das CEBs, é de poder em seus múltiplos matizes explanados no decorrer deste trabalho. As estruturas de organizações democráticas, a capacitação dos animadores ou a habilidade pedagógica do agente em valorizar a cultura popular, sempre serão detidas por este limite.

A própria característica das CEBs no Brasil, de serem criadas através da iniciativa de um agente em função da Igreja, certifica um vínculo indelével com a hierarquia. Sua razão de existir permanece na condição do *continuum* intercâmbio erigido sobre as **relações injustas** entre animadores e agentes de pastoral.

Concernente aos agentes, ressalta-se uma diferença da religiosa para o padre, relativa ao processo de centralização exercido pelo animador. Em Duas Cidades, a presença cotidiana e efetiva da agente não permite o acúmulo de poder, havendo uma "justa" distribuição de funções e atribuição equânime de importância a todos nas decisões. Sua saída provocou uma mudança. Pois, a comunidade gerou a "centralizadora" e aquela "elitizinha" de que falavam os entrevistados.

O agente padre precisa de uma referência de contato para tornar o plano pastoral exequível e seguro. Logo, aparece a figura da animadora. Ela, como a agente religiosa, articula os outros membros para as diversas atividades. Mas, ao contrário daquela, termina invertendo o processo. Em vez de tornar a comunidade aberta e participativa, a sua atuação contribui para a exclusão dos outros membros. O agente padre reforça essa atitude ao legitimá-la, transferindo parte de seu poder e do carisma *oficial* à animadora.

Portanto, o tipo de trabalho pastoral realizado pela agente religiosa, contribui para que as CEBs possam ser portadoras de estrutura organizacional e decisória democrática internamente e possuam autonomia relativa frente à Instituição.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Pe. Dalton de. Do Poder da Autoridade e Participação na Igreja e como Igreja. In: *Leigos e Participação na Igreja*. Estudos da CNBB (45). São Paulo: Paulinas, 1986.
- AZEVEDO, Marcelo. *Comunidades Eclesiais de Base e Inculturação da Fé*. São Paulo: Loyola, 1996.
- BOFF, Clodovis. *Teologia Pé-no-Chão*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CALADO, Álder Júlio Ferreira. *Desafios dos Movimentos Sociais Populares frente à atual conjuntura*. Universidade e Sociedade, nº 12, p.74-79, São Paulo, Fev. 1997.
- COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação: Fundamentos da Sociologia de Max Weber*. São Paulo: T.A. QUEIROZ, 1979.
- COLLIOT-THÉLENE, Catherine. *Marx Weber e a História*. Trad. Eduardo Bravatti. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DURANT, Will. *A História da Filosofia*. Trad. Luis Carlos do Nascimento Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FERNANDES, Dom Luiz Gonzaga. *Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base*. 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FREUND, Julien. *Sociologia de Marx Weber*. Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1980.
- GODOY, Pe. Manoel José de. *O Cotidiano do Presbítero: Homem de Relações*. Revista Vida Pastoral. 202. São Paulo: (set-out/96), p. 27-29.
- LESBAUPIN, Ivo. As Comunidades de Base e a Transformação Social. In: ____ *Org. As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 47-74.
- _____. CEBs, Poder e Participação na Igreja. In: ____ *Org. As Comunidades de Base em Questão*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 105-120.
- MACEDO, Carmem Cinira. Catolicismo e Sexualidade. In: *Catolicismo: Cotidiano e Movimentos*. Org. Pierre Sanchis, São Paulo; Loyola, 1992, p. 81-88.
- _____. Todo Dia é Dia: O Cotidiano nas Comunidades Eclesiais de Base. In: *Catolicismo: Cotidiano e Movimentos*. Org. Pierre Sanchis. São Paulo; Loyola, 1992, p.209-239.
- MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a Verdade*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal: Prelúdio a uma Filosofia do Futuro*. 2ª Edição. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 b.
- _____. Humano, *Demasiado Humano. Um Livro Para Espíritos Livres*. São Paulo: Nova Cultural. 1996 a. pp. 61-134. (Col. Os Pensadores).
- _____. Aurora. - *Pensamentos Sobre os Preconceitos Morais. (1881-1882)*. São Paulo: Nova Cultural. 1996 a. p. 171-208. (Col. Os Pensadores).
- _____. *Assim Falou Zaratustra - Um Livro para Todos e Ninguém*. São Paulo: Nova Cultural. 1996 a. p. 209-250. (Col. Os Pensadores).
- NOVAES, Regina. Nada Será como Antes entre Urubus e Papagaios. In: *CEBs, Cidadania e Modernidade - uma Análise Crítica*. V.V.A.A. São Paulo: Edições Paulinas, 1993. p.89-157.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. CEB: Unidade Estruturante da Igreja. In: *As Comunidades de Base em Questão*. Org. Ivo Lesbaupin. São Paulo: Paulus, 1997. p. 121-175.